

Cidades

Domingo, 29 de Maio de 2011

Público
P

“O problema do acordo é ser muito economicista”

António Costa, em entrevista, sobre o compromisso com a *troika* para um novo mapa de concelhos Págs. 4 a 7



RUI GAUDÊNCIO

Polémica
Porto e Vila Franca contra alimentação de animais de rua
Págs. 8/9



Apolo 70
Os *drugstores* chegaram a Lisboa há 40 anos
Págs. 10/11





Gatos vadios

“Se não podemos alimentá-los, vamos deixá-los morrer à fome?”

Em resposta a queixas de cidadãos que temem a insalubridade e as doenças provocadas pela proliferação de animais vadios, as câmaras do Porto e de Vila Franca de Xira lançaram campanhas para que não se alimentem pombos, gaivotas e gatos. A proposta é polémica, insuficiente, dizem especialistas, e gerou uma chuva de críticas *Por Marta Pais de Oliveira*

ANA LUISA SILVA

pode perceber pela chuva de críticas que não pára de cair no *site* da câmara na Internet.

Segundo a autarquia, o apelo deve-se ao aumento significativo de animais errantes, associado aos inúmeros pedidos de intervenção sanitária e à própria degradação da via pública. Alimentar gatos errantes pode fazer com que uma colónia de cinco animais cresça até aos cem, interferindo no “equilíbrio entre a natureza e a cidade”, diz a Câmara do Porto. A acompanhar a situação pelas notícias, a Direcção-Geral de Veterinária (DGV) concorda que este apelo possa servir o objectivo de “aumentar a salubridade dos locais e preservar a saúde pública e a saúde de outros animais”, mas frisa que “o controlo dos animais errantes depende ainda de um conjunto de outras medidas, como sejam a responsabilização dos detentores, o controlo da reprodução de animais com detentor, a esterilização dos animais a adoptar, a sensibilização das populações e o controlo dos lixos urbanos”.

O pelouro do Ambiente da Câmara do Porto argumenta que “o apelo à não alimentação de animais errantes não é uma medida empírica simplificador que visa condenar à fome animais indefesos, mas, pelo contrário, decorre da evidência de que existe efectivamente alimento disponível que garante o equilíbrio natural das populações”. A execução desta campanha corresponde ao exercício das responsabilidades municipais “em matéria de controlo sanitário e salvaguarda do bem-estar animal, que decorrem da legislação em vigor”, acrescenta a autarquia, que está a pedir também aos municípios que fechem a tampa dos contentores e não deitem lixo para o chão.

Do outro lado da praça onde Susana alimenta a colónia vê-se a esquadra de polícia. “Se me multarem, pago”, sorri. “Um vizinho até já chegou a fotografar-me e disse que faria queixa”, relembra. Explica que todos os animais selvagens que alimenta são descendentes de gatos domésticos abandonados. Actualmente, gasta diariamente cerca de dez euros para os alimentar. Há quatro anos, a colónia tinha 27 gatos. “Sentia-me o flautista de Hamelin”, confessa. Conta, agora, com o apoio da associação Animais de Rua. E todos os gatos já têm a orelha esquerda cortada, símbolo internacional de esterilização.

A Animais de Rua já esterilizou mais de 6240 animais. Maria Pinto Teixeira, presidente da associação, insurge-se contra a campanha de controlo de animais errantes, que “tem tanto de cruel como de ineficaz”, garante. Prevê que a política resulte apenas em “animais esfomeados, doentes, mais susceptíveis a parasitas e que também se reproduzem, desta vez em situações muito precárias”. O que esta política cria é um “efeito de vácuo”: os gatos acabam por ocupar lugares vazios de outras colónias, alerta.

A recomendação da AR

A Animais de Rua defende, por sua vez, um programa de captura, esterilização e devolução às colónias, com monitorização dos animais. “Não estamos a propor algo que não é exequível. A associação, através do protocolo que tem com as autarquias de Sintra, Cascais e Leça da Palmeira, já conseguiu que deixassem de capturar e abater

Vila Franca de Xira

Polémica chegou à reunião de câmara

Em Vila Franca, a polémica chegou pelo correio. Um panfleto distribuído este mês com as facturas de água dos serviços municipalizados, que proíbe a alimentação de animais de rua em espaços públicos e a possível aplicação de multas a quem for detectado a fazê-lo, está a suscitar a indignação de moradores de vários pontos do concelho. Na última reunião camarária estiveram perto de uma dezena de pessoas, que reclamaram uma atitude diferente da autarquia para com os animais e defenderam a aplicação de uma resolução recente da Assembleia da República que recomenda políticas de esterilização dos animais e de envolvimento da comunidade no seu tratamento.

Rui Agostinho foi o primeiro a intervir, salientando que devem ser distinguidas situações em que a comunidade se organiza para alimentar animais de rua. “Há uma diferença substancial a nível da saúde pública face ao tipo de alimento que se dá. Condeno veementemente que se dêem restos de comida de humanos, mas não posso condenar, antes devo aplaudir, as pessoas que adquirem alimentos próprios, rações e carcaças de cartilagens para dar aos animais”, referiu o munícipe, lembrando que algumas câmaras, como é o caso da de Lisboa, já estão a desenvolver políticas adequadas, capturando os animais, cadastrando-os, vacinando-os e esterilizando-os, antes de os devolverem à rua.

Também Luísa Vaz, residente em Alverca, criticou a “crueldade” do comunicado da câmara. “Se fosse um apelo ao não-abandono, estaria bem”, venceu, considerando que a proibição de alimentar animais na rua “invoca regras municipais obsoletas”. “Os animais alimentados e cuidados não são um perigo para a saúde pública. Concordo que dar restos de comida não é adequado, mas para isso também é preciso educar e sensibilizar as pessoas”, defendeu.

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, observou que a autarquia não tem meios para fazer o que lhe é proposto em termos de captura, vacinação e esterilização dos animais de rua. Mas também disse duvidar de que o problema se resolva dessa forma. A autarca do PS mostrou-se tentada a criar uma comissão com a participação de cidadãos que apoiem a execução desse trabalho. “Isto obriga a recursos humanos e neste momento não há condições para a câmara contratar pessoas que façam este trabalho. Certamente haverá alguma forma de nos articularmos. Vamos reflectir com o nosso veterinário também”, assegurou a autarca, admitindo alguma solução que passe por uma parceria entre a edilidade e os municípios interessados. **Jorge Talixa**

colónias de gatos na rua”, explica, lamentando que isto não se passe na cidade-berço da Animais de Rua, o Porto.

O cabeça de lista do Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN) pelo distrito do Porto, Jorge Ribeiro, diz que, “numa cidade evoluída, ninguém compreende esta medida injusta”. O partido vai entregar a 3 de Junho na autarquia uma petição que, lançada na manhã de quarta-feira passada, já tem milhares de assinaturas. Ribeiro reitera que a campanha isolada não vai resolver o problema e frisa ainda que esta campanha contraria uma resolução da Assembleia da República, que recomenda ao Governo a “realização de programas RED (recolha, esterilização e devolução) em colónias de animais de rua estabilizadas e institua o conceito de “cão ou gato comunitário” que garanta a protecção legal dos animais que são cuidados num espaço ou numa via pública”.

O apelo da bastonária

Já Diogo Fontes, veterinário clínico em Valongo, concorda com a campanha. “Temos que praticar o equilíbrio entre saúde pública e saúde animal”, introduz, assumindo, contudo, que, “isoladamente, esta não será a melhor estratégia”. “Gera impacto emocional e sentimental nas pessoas”, avisa. Mas lembra que a reprodução em massa de gatos selvagens traz consequências para saúde pública ou acidentes rodoviários - argumento referido também pela DGV. Tal como esta entidade, o veterinário considera que esta campanha se deverá inserir numa política mais ampla, e insiste num aspecto: os animais têm que ter donos e segurança. “Também é cruel alimentar gatos e deixá-los ao abandono. Criam-se expectativas ao animal, mas não há responsabilidade directa sobre ele”, acrescenta.

“Não se criam expectativas pela natureza do gato, que adora viver livre e caça não só por fome, como por prazer”, discorda prontamente outra veterinária, Luísa Sepúlveda. Com clínica no Porto, esta profissional assinala que, contrariamente aos cães, nem todos os gatos que nascem na rua podem ser domesticados, e avança outros

argumentos para o debate: “O maior contributo dos gatos não se reduz ao facto de fazerem, de forma natural, o controlo dos roedores. Existem muitos idosos a dedicarem-se à alimentação de animais errantes e este contacto está associado à diminuição de riscos de depressão.” Luísa Sepúlveda frisa que também há uma data de mitos que têm que ser esclarecidos. Diz, por exemplo, que a transmissão de várias doenças “implica um contacto muito directo que os gatos de rua não permitem”.

Sensível à questão da higiene urbana, esta veterinária propõe que, aliados às campanhas de adopção e esterilização, se criem nichos com condições higieno-sanitárias para a alimentação dos animais, evitando desta forma situações como a que Susana David aponta na praça onde cuida da colónia. Na terra, entre as plantas vêem-se restos de espigas de bacalhau. Alguém veio também dar comida aos gatos. “Mas isto não se dá, é perigoso para eles e suja a cidade”, critica.

Noutro ponto da cidade, Susana Garcia, operadora de caixa de 40 anos, tem oito gatos. E há três anos consecutivos que ainda vai à rua alimentar animais vadios. Fala da crise, enquanto deixa alimento no descampado. “Existirão cada vez mais animais a passar fome. E dizem da câmara que há comida suficiente para eles na rua. Onde?”

“Não é a crise que leva alguém a abandonar o animal. Esta é uma questão de valores”, defende a bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários. Laurentina Pedroso insiste que a campanha “não impedirá que os animais errantes se multipliquem e leva à possibilidade de um destino final de doença”. “O nosso papel enquanto médico-veterinário é o papel da defesa dos animais em termos de protecção e bem-estar e de equilibrar o intercâmbio entre animal e homem”, vinca, destacando que a solução será sempre o respeito pela vida animal, com “capacidade de empatia, compaixão e ética”. E relembra o que está na origem dos animais errantes: o abandono. A bastonária propõe, por isso, uma reeducação social que parta das escolas. “Os animais não podem ser vistos como objecto”, critica.

● Há mais de dez anos que o ritual se repete. Por volta das 20h30, Susana David sai de casa. A esta hora, a praça está sossegada. Já não se ouve o som das buzinas nervosas, já não passa um mar de gente com pressa. A médica de 49 anos traz dois sacos de plástico. Enquanto distribui a comida de gato pelo jardim, vêem-se formas que se movem entre os arbustos. “Eles estão por aí a espreitar”, diz. Costumam aparecer 12 gatos nascidos nesta mesma praça do Porto. “Se não podemos alimentá-los, vamos deixá-los morrer à fome?”, questiona, reagindo à recente campanha lançada pelo pelouro do Ambiente e Juventude da Câmara do Porto para o controlo dos animais errantes da cidade.

Tal como acontece em Vila Franca de Xira (ver caixa), no Porto já se distribuem panfletos onde se aconselham os moradores a não alimentar gatos vadios, pombos e gaivotas. Se em relação às aves o apelo parece não gerar muita contestação - tem havido, ao longo dos tempos, tentativas de controlo das respectivas populações -, quando a questão chega aos felídeos, a reacção é bem diferente, como se

TEATRO PARA BEBÉS

INÍCIO 5 JUNHO

Rivoli Teatro Municipal
Primeiro Domingo de cada Mês
Info. 22 772 2081 • www.hymnus.net • Reservas. 223 392 201